

Dois dias de reflexão sobre o trabalho da Ouvidoria

O tema da primeira palestra do dia, apresentado pela auditora da CGU, Carla Arêde, foi a integridade pela ótica da prevenção. Em sua fala, Carla abordou a corrupção, o comportamento ético e a legislação que trata do assunto. Na mesma esteira temática, a diretora de Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, Débora Afonso, avançou no conceito de integridade e como a Corregedoria se insere. A auditora da CGU também falou sobre novas abordagens na atividade correcional e explicou o fluxo dos processos na corregedoria. Último a falar na parte da manhã, o ouvidor-geral da Petrobras, Mário Vinícius Spinelli, explicou o sistema de integridade utilizado na estatal brasileira e lembrou que uma boa reputação tem enorme valor. Além disso Spinelli ressaltou a importância deste ativo e destacou as vantagens de um sistema corporativo de integridade.

“Ouvidoria e o Ombudsman do Cidadão” foi o tema da primeira palestra do evento na parte da tarde de quarta-feira (13/11). O painel abordou o conceito de Ouvidoria, debateu o funcionamento desse serviço público como ferramenta do exercício prático da cidadania, além de discorrer sobre técnicas de mediação de conflitos aplicadas às Ouvidorias. Estiveram presentes na mesa o promotor de Justiça do MPRJ, Humberto Dalla Bernarina de Pinho; a ouvidora-geral da UFRJ, Cristina Ayoub Riche e o gestor da ouvidoria do TRT/RJ, Jorge Luís Fernandes da Silva, como mediador do debate.

Segundo o promotor Humberto Dalla, a Ouvidoria funciona como uma espécie de triagem para os problemas acolhidos. “A Ouvidoria traz informação, nos permite conhecer as necessidades da sociedade e possibilita uma escuta ágil e eficiente dos problemas trazidos. Nós precisamos desse canal para fazer a seleção do que é grave e urgente”, afirmou o promotor.

O primeiro dia do VII Fórum de Ouvidorias Públicas do Estado do Rio 2019 foi finalizado com o painel sobre experiências e vivências nas ouvidorias, no qual os projetos ‘Ouvidor Mirim’ e ‘Disque Rio Contra a Corrupção’ foram apresentados e discutidos como exemplos práticos do serviço. Além disso, o debate abordou questões acerca do concurso público para ouvidoria. Compuseram a mesa o promotor de Justiça do MPRJ, Virgílio Panagiotis Stavridis, chefe de gabinete do MPRJ; o controlador-geral do Estado do Rio de Janeiro, Bernardo Santos Cunha Barbosa; o ouvidor de Belford Roxo, Igor Alencar de Menezes e o ouvidor de Macaé, Alex da Silva Xavier.

O promotor de Justiça Virgílio Panagiotis Stavridis destacou a importância do evento e afirmou que o ambiente de troca de experiências gerado pelo fórum permite o compartilhamento e aproveitamento de soluções eficientes já aplicadas, com o objetivo de promover a melhor aproximação com a sociedade.

O segundo dia de evento, nesta quinta-feira (14/11), foi marcado por dois painéis e um debate. O ouvidor-adjunto da União Fabio do Valle abriu os trabalhos com a palestra sobre o tema “Novas fronteiras nas ouvidorias públicas”. Do Valle defendeu que é necessário ter uma atuação disruptiva e para tanto é importante modernizar o modelo de atendimento para atender a contanto as demandas. O segundo a falar foi o procurador de Justiça Luiz Fabião Guasque, que enfatizou o papel da Ouvidoria como um mecanismo para aperfeiçoamento da democracia, ao trazer o cidadão para participar da construção de um país menos desigual.

A ouvidora do MPRJ, Denise Fabião Guasque, complementou que para que haja uma sociedade realmente democrática é necessário que grandes conglomerados, a administração pública, concessionários de serviços públicos e outras instituições respeitem os direitos

fundamentais e os princípios constitucionais. Para tanto, enfatizou a necessidade de a sociedade lutar, dentro das estruturas onde cada um está inserido, por transparência.

Na parte da tarde desta quinta-feira (14/11), o último painel do VII Fórum de Ouvidorias Públicas do Estado do Rio debateu o acesso à informação e a proteção de dados, com ênfase na dignidade da pessoa humana e democracia. O promotor de Justiça do MPRJ, Pedro Rubim Borges Fortes, lembrou os princípios constitucionais envolvidos na Lei de Proteção de Dados, como isonomia e competitividade e salientou a importância da Ouvidoria do MPRJ para qualidade do trabalho da instituição, uma vez que funciona como canal de recebimento de informações e demandas do cidadão. Também estiveram presentes à mesa de encerramento o ouvidor da Petrobrás, José Eduardo Elias Romão; o diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, Sérgio Branco e o gestor público da Casa Civil e Governança do Estado do Rio de Janeiro, Fernando Kaczelnik, como mediador do debate.